

Educação de Pessoas Jovens e Adultas: uma perspectiva realista ou simples utopia?

Márcia Isabel Gentil Diniz¹
Leandro Alcasar Rodrigues²

RESUMO

A Educação de Pessoas Jovens e Adultas (EPJA) deveria ser uma modalidade educacional direcionada a se almejar uma identidade responsável e adequada a todos que a ela recorressem e não apenas uma simples proposta de inserção de um sujeito estudante-aprendiz no mercado de trabalho. Objetiva-se então neste estudo refletir sobre a necessidade de uma proposta pedagógica diferenciada, que pudesse ser planejada com uma concepção educacional que responda amplamente as necessidades da população jovem e adulta. Para tanto, procedeu-se uma análise crítica da literatura acerca dos obstáculos que envolvem educação de pessoas jovens e adultos buscando refletir quanto aos dilemas e perspectivas presentes neste contexto, pontuando-se também o papel das políticas públicas educacionais no Brasil que historicamente vem sendo marcadas por experiências frágeis e descontínuas alicerçadas pelo descaso governamental que foram estudadas sob metodologia de revisão narrativa. Quanto aos resultados, pode-se afirmar que se vivencia uma apreensão em não se ajustar mudanças estruturais na ordem societária, fomentado medidas que clareiam as consequências das opções sociopolíticas e econômicas oriundas da classe dominante com seus interesses corporativos do capital. O que se conclui através

¹ Doutoranda em Educação pela Universidad Nacional de Rosário/Argentina (UNR). Professora Adjunta IV na Universidade Federal Fluminense (UFF). Líder de Pesquisa no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação e Saúde Comunitária-NUPEESC/UFF/CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1980-4597>. E-mail: marciagentil@uol.com.br

² Doutorando em Educação na UNR – Universidad Nacional de Rosário/ Argentina (UNR). Professor Efetivo II na Prefeitura Municipal de Jardinópolis. Pesquisador no Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação e Saúde Comunitária-NUPEESC/UFF/CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3523-0570>. E-mail: leandroalcasar@yahoo.com.br

do estudo é que os obstáculos político-pedagógicos evidenciam que a EPJA está inserida em notórias imprecisões com recuos nos escassos avanços políticos que vinham sendo conquistados, sendo agora ainda mais intensificados com as decisões tomadas recentemente pelo governo federal que retratam o desinteresse ideológico e político que reforçam acentuadamente a exclusão social e educacional.

Palavras-chave: educação de pessoas jovens e adultas; políticas educacionais; desigualdade social.

Youth and Adult Education: a realistic perspective or a simple utopia?

ABSTRACT

Youth and Adult Education should be an educational modality in order to achieve a responsible and adequate identity for all those who resort to it and not just a simple proposal for the insertion of an apprentice student from the labor market. The objective of this study, therefore, is to reflect on the need for a differentiated pedagogical proposal, which could be planned with an educational concept that responds widely to the needs of the young and adult population. For this reason, a critical analysis of the literature was carried out on the obstacles that involve the education of young people and adults, seeking to reflect on the dilemmas and perspectives present in this context, also pointing out the role of public education policies in Brazil that historically they have been marked by fragile and discontinuous experiences established in government negligence that were studied under the narrative review method. Regarding the results, it can be said that there is an apprehension for not adjusting the structural changes in the social order, thus promoting measures that clarify the consequences of the socio-political and economic options that come from the ruling class with its corporate capital interests. What can be concluded through the study is that the political-pedagogical obstacles faced in the realization of this teaching modality show that the education of young people and

adults is inserted in notorious inaccuracies with setbacks in the few political advances that were being achieved, and now it is further intensified with the decisions recently taken by the federal government that portrays the ideological and political disinterest that greatly reinforces social and educational exclusion.

Keywords: youth and adult education; educational policies; social inequality.

Educación de Personas Jóvenes y Adultas: ¿Una perspectiva realista o simple utopía?

RESUMEN

La Educación de Personas Jóvenes y Adultas (EPJA) debe ser una modalidad educativa orientada a lograr una identidad responsable y adecuada para todos los que la utilizan, y no una simple propuesta de inserción de un alumno-aprendiz en el mercado laboral. El objetivo de este estudio es reflexionar sobre la necesidad de una propuesta pedagógica diferenciada, que pueda ser planificada con una concepción educativa que responda a las necesidades de la población joven y adulta. Para ello, se procedió a un análisis crítico de la literatura sobre los obstáculos que envuelven a la educación de jóvenes y adultos buscando reflexionar sobre los dilemas y perspectivas presentes en este contexto, señalando también el papel de las políticas públicas educativas en Brasil que históricamente han estado marcadas por experiencias frágiles y discontinuas fundadas en el abandono gubernamental que fueron estudiadas bajo la metodología de revisión narrativa. En cuanto a los resultados, se puede afirmar que existe una aprensión en no ajustar los cambios estructurales en el orden societario, impulsando medidas que aclaren las consecuencias de las opciones sociopolíticas y económicas originadas desde la clase dominante con sus intereses corporativos del capital. Lo que se concluye a través del estudio es que los obstáculos político-pedagógicos muestran que la EPJA está inserta en notorias imprecisiones con retrocesos en los escasos avances políticos que se venían conquistando, intensificándose ahora aún más

con las decisiones tomadas recientemente por el gobierno federal que retratan el desinterés ideológico y político que refuerzan agudamente la exclusión social y educativa.

Palabras clave: educación de personas jóvenes y adultas; políticas educativas; desigualdad social.

INTRODUÇÃO

A Educação de Pessoas Jovens e Adultas (EPJA) deveria ser uma modalidade de ensino responsável e adequada a todos que a ela recorrem e não apenas voltada para uma simples inserção do sujeito no mercado de trabalho. Entretanto, dificilmente será alcançada de forma abrangente na sociedade atual se não houver, por parte de todos, um repensar que a desconsidere como uma simples qualificação de mão de obra oportunizando, desta forma, a demanda laboral. Esta idéia de simples constituição de mão de obra acaba transformando a EPJA em lugar de formação de sujeitos acrícos, não valorizados, pois à classe dominante somente importa a formação reducionista que configura uma mão de obra barata e eficaz, que presta serviços comuns através do quase nulo conhecimento libertador e democrático adquirido pelos sujeitos trabalhadores.

O que na realidade se visualiza em relação às políticas educacionais é a sua inegável precariedade, pois para se revisitar a EPJA, com um olhar atrelado a uma proposta que abarque toda a complexidade do seu processo educativo, se faz necessário transpor o reducionismo vigente, que a relaciona como uma modalidade educacional que favorece apenas um corpo de conhecimentos restritos com um desenho utilitarista, e a configura num sentido de facilitar ao trabalhador a adquirir conhecimentos que o leve a obter uma postura crítica em todos os aspectos da vida.

Ao se refletir de maneira aprofundada sobre a temática em questão se faz necessário proceder a um resgate histórico sobre a EPJA em nossa sociedade, com vista a aclarar os motivos pelos quais esta dificilmente será alcançada sem desvinculá-la do seu único

propósito que é a preparação do trabalhador para o mercado de trabalho como mão de obra barata.

Então, discutir o descompromisso e a ausência da defesa constitucional de todos os cidadãos é indispensável, assim como o seu direito à educação básica e ao conhecimento socialmente produzido, como a falta de obrigação com o direito do trabalhador à sua educação profissional.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo refletir sobre a necessidade de uma proposta pedagógica diferenciada, que possa ser planejada com uma concepção educacional que responda as necessidades da população jovem e adulta não somente para sua inserção no mercado de trabalho, mas também na procura de uma formação humanista, onde a educação possa cumprir com seu papel social que é a transmissão de conteúdos científicos historicamente produzidos e acumulados e ainda formar sujeitos aptos a serem interventores da realidade em que estão inseridos.

RESGATE HISTÓRICO SOBRE EPJA NO BRASIL

No período colonial as classes médias e altas tinham acesso ao conhecimento em poucas escolas. Sendo assim, as crianças auferiam seus conhecimentos em seus domicílios. Não era imperativa a alfabetização de pessoas jovens e adultas, logo, como consequência, a classe desfavorecida não tinha acesso à escola.

A primeira iniciativa de Educação de Jovens e Adultos no Brasil veio com a chegada dos padres jesuítas, em 1549, que catequizavam de nativos a colonizadores, com teor muito mais religioso do que educacional. Neste momento, a preocupação era com os adultos. Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, o ensino passa por uma desorganização. E somente no Período Imperial volta a ser organizado, com ensino noturno denominado Educação ou Instrução Popular. (CARVALHO, 2009, n.p.)

Os jesuítas tinham como empenho ensinar exclusivamente o cristianismo, sem finalidade alguma de transmitir conhecimentos

científicos, o que aconteceu até o período pombalino, que via como ameaça o ensino jesuítico para os nativos, pois se começou a perceber a utilização de seus ensinamentos para a domesticação e adestramento dos povos indígenas.

Por este motivo o Marques de Pombal, agindo de forma severa contra os jesuítas, os expulsou do Brasil e a organização da educação sob seu domínio era a de respeitar e impor os interesses do Estado.

A educação escolar no período colonial teve três fases: a de predomínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, especialmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil -1808- 821. (GHIRALDELLI JR.,2008, n.p.)

Como consequência a educação no Brasil transcorreu de forma irrefletida, não havia ação do governo quanto ao desenvolvimento de políticas educacionais que viessem atender esse público. Foi outorgada a primeira Constituição Brasileira depois da proclamação da independência e o artigo 179 diz que a "instrução primária deve ser gratuita para todos os cidadãos", mas nem todos tinham acesso, principalmente a classe pobre. Houve muitas reformas ao longo do século.

Soares (2002, n.p.) refere que:

No Brasil, o discurso em favor da educação popular é antigo: precedeu a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino.

A partir do governo de Getúlio Vargas, em 1930, com o regime militar chamado de "Estado Novo", houve o interesse de organizar a educação para atender as demandas do mercado naquele momento por causa das políticas de substituição de importação que surgiram

com a necessidade de organização do Estado como resultado das conseqüências da Primeira Guerra Mundial.

A constituição de 1934, apesar de haver avançado no que se refere à educação, acabou perdendo lugar para a nova constituição de 1937 que retirou do Estado a responsabilidade que ele tinha com formação educacional no país.

Ghiraldelli Jr.(2008, n.p.) assinala que:

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público. Com o objetivo de favorecer o Estado retirando toda sua responsabilidade, foi criada a constituição de 1937, favorecendo o ensino profissionalizante. Com intuito de capacitar os jovens para trabalhar nas indústrias, sem interesse de transmitir o conhecimento científico, a educação seria para poucos, pois o povo sem educação estaria suscetível ao que lhe era imposto.

Surge na época do regime militar o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), no intuito de erradicar o analfabetismo no Brasil. O método adotado pelo Mobral era o de ler e escrever e se usava fichas, famílias silábicas e cartazes. Observando este método de ensino pode-se perceber a total carência de diálogo na educação.

A EPJA é recente, pois somente no século XX obteve uma valorização relevante. Durante anos a alfabetização era dada por aqueles que sabiam ler e escrever aos que não eram letrados, em escolas noturnas, em espaços informais, o que tornava mais difícil o ensino-aprendizado, pois ocorria depois de um longo dia de trabalho.

Conforme o crescimento da industrialização atraía aos centros urbanos migrações da zona rural com a expectativa de melhorar a qualidade de vida, crescia a necessidade de alfabetizar os

trabalhadores recém chegados. O que demandou o crescimento das escolas de alfabetização de jovens e adultos resultando, na década de 40, no lançamento da campanha de alfabetização em três meses. Sabe-se que a prioridade ser alfabetizado era para se viabilizar a condição de se participar das eleições e isto levou ao crescimento de escolas de EPJA.

Em 1985 cessou o Mobral e se deu início a Fundação Educar, que apoiava a alfabetização de EPJA, logo, com a constituição de 1988 o Estado majorou o seu compromisso com a educação de jovens e adultos.

Na década de 1990 ocorreram parcerias entre municípios, universidades, grupos informais, fóruns estaduais e nacionais e as ONG's (organizações não governamentais) com apoio do governo, resultando em um novo título para a EPJA, agora registrada como "Boletim de Ação Educativa".

Hoje os cursos de EPJA são oferecidos nas formas presencial, semipresencial e a distância (não presencial) além de exames supletivos. A partir das diretrizes e orientações metodológicas apresentadas, referente aos conteúdos, a EPJA deve atender as normas curriculares indicativas a cada etapa de ensino (ensino fundamental e médio), nos cursos presenciais assim como nos semipresenciais e não-presenciais.

Em relação à educação básica:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição. Foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996. (ADRIÃO; OLIVEIRA 2001)

Posteriormente, em 1996 a (LDB) no artigo 26 estabelece os currículos da educação básica (no ensino fundamental e no ensino médio) que envolvem uma base nacional comum, a ser adotada por todos os sistemas de ensino, e também uma parte diversificada que favorece e abarca as características regionais e locais (referentes à

cultura, à sociedade, à economia), relativos aos respectivos sistemas de ensino.

A educação nem sempre é atendida pelas Políticas Públicas, mas é notável que houve um avanço desde os anos 80 do século XX.

A escola, assim como a sociedade em geral, sempre se constituiu em um instrumento de dominação de classe tendo como instrumento fortalecedor a sua capacidade de reprodução que é utilizada pela burguesia para reprodução de seus interesses diversos e sua função, sempre pautada na manutenção de privilégios da classe dominante se valendo de mecanismos seletivos que não propiciam as diversas camadas sociais e subliminarmente ocorrem “educações diferenciadas”.

A EPJA está organizada em documentos oficiais tais como o parecer 11/2000 e a Resolução 01/2000 do Conselho Nacional de Educação e que de acordo com o Parecer NE/CEB 11/2000 deve ter em seu cerne uma proposta que vise a conexão de funções do que precisa ser implementado para reversão de uma ideologia excludente que se cristalizou desde que esta modalidade de ensino discriminatória foi colocada em vigência como um dos primeiros métodos pedagógicos em nosso país. Tais propostas alinhadas podem ser ponderadas a partir dos documentos ressaltados aqui no trabalho de Azevedo et al (1999) são elas:

Reparadora: Significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano.

Equalizadora: Vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho,

na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação.

Qualificadora: Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares.

Assim sendo, é inegável o distanciamento entre o que se preconiza nas políticas educacionais para este segmento e a vontade política dos governantes em se consolidar efetivamente esta modalidade de ensino para jovens e adultos.

Nesse sentido, é importante ressaltar que as políticas públicas em educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, não podem ser pensadas fora da correlação direta com as desigualdades educativas em nível global e a situação econômica do lugar, do continente, da região, da origem étnico racial, de gênero, de classe. (BRASIL, 2009).

A EPJA representa, para uma parcela significativa da população, uma oportunidade ímpar já que por motivos diversos em uma dada época específica não tiveram sua oportunidade de acesso à escola.

Quanto ao papel exercido pelo gestor escolar ressaltam-se inúmeras fragilidades:

Depara-se com a falta de planejamento escolar para desenvolver ações relacionadas à: organização/estruturação dos espaços escolares (biblioteca, salas de aula, refeitório, etc.); formação continuada e práticas pedagógicas de professores; implementação do projeto político pedagógico e de um regimento escolar consistente em seu plano ação correspondente à EJA; articulação com os vários órgãos da administração pública e setores da sociedade para permanência e êxito dos jovens e adultos na escola; criação de espaço democrático e participativo para sugestão, monitoramento e avaliação coletiva das propostas didático-

pedagógicas da EJA; dentre outras. (DOURADO et al, 2018, n.p.)

Diante do contexto, que tem características de exclusão social e educacional, para uma mudança paradigmática nesta modalidade de ensino se requer uma revisão política e educativa por parte de todos os envolvidos nesta sociedade de classes. Não existe realmente nenhum interesse governamental pela EPJA como o cotidiano vem apontando. Nesse contexto, interessa se refletir o que tem sido veiculado e desencadeado como práticas de resistência na ininterrupção dessa oferta. Frigotto, Ciavatta e Ramos em (2005, n. p.) já alertavam para possíveis impasses:

[...] por se tratar de uma questão ético-política [...] colocada em evidencia a opção por uma formação que buscava superar a dualidade histórica da sociedade e da educação brasileira, de manter uma escola elitista, propedêutica, para os filhos da burguesia e uma escola pobre para os filhos da classe trabalhadora.

É notório os escassos avanços que corroboram para as desigualdades socioeconômicas no país. Nesse sentido, ao se pensar nos avanços que deveriam ocorrer relacionados à expansão da educacional, percebe-se um verdadeiro retrocesso retratado nos encaminhamentos do governo federal para este setor.

Na atualidade, o presidente Jair Bolsonaro quer acabar com uma das únicas alternativas de completarem os estudos para muitos jovens, adultos e idosos. O Governo federal investiu apenas 2,8% do orçamento da EPJA, prejudicando a população mais pobre. Segundo o coordenador da Unidade de Educação de jovens e Adultos da Ação Educativa, Roberto Catelli (2019) que em entrevista reproduzida no "dia a dia da educação" site da Educação e Esporte do Governo do Estado do Paraná diz que:

A gente tem uma motivação estritamente ideológica nesse campo, mais uma desse governo. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) era vista como um campo da esquerda, 'dos

comunistas', essa loucura toda. E uma das primeiras medidas do governo foi justamente ceifar tudo que tivesse a ver com isso. E de uma forma cínica, acabar com tudo que tivesse a ver com EJA, reafirmando o preconceito contra os pobres do Brasil, como se o lugar deles fosse somente no trabalho manual e acabou.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA EPJA

As políticas educacionais voltadas para este segmento da população, de acordo com as afirmações contidas no documento EJABRASIL (2012) ressalta que: "as transformações no mundo do trabalho e o impacto das novas tecnologias exigem um homem mais capacitado e melhor preparado para ter sucesso pessoal e profissional". Pode-se afirmar, em uma análise mais aproximada da realidade, que seu quadro atual ainda retrata uma debilidade em seu modelo educativo que persiste em atender a lógica do capital.

A modalidade de ensino que constitui a EJA apresenta-se como um direito do cidadão, tentando afastar-se da idéia de compensação e assumindo a reparação e equidade, aprendizagem e qualificação permanentes e não de caráter suplementar, mas fundamental. Contudo, nesta ótica defronta-se com uma flagrante contradição entre o poder econômico e o enriquecimento sociocultural na possibilidade da transformação do trabalhador como detentor de seu próprio capital humano (RUMMERT, 2007, n.p.).

Ressalta-se uma lógica ambígua, ao mesmo tempo em que a legislação reconhece seu papel na garantia da escolaridade obrigatória, elevação da qualificação profissional e estabelecimento de estratégias de avaliação que comportem a legitimação de conhecimentos obtidos, por outro lado se compreende que a legislação não impõe obrigações aos empregadores para tal efetuação e nem favorece estímulo aos trabalhadores para sua capacitação.

Depreende-se desta situação os índices de analfabetismo presentes, e cada vez mais crescentes no país, aliados a outros processos de exclusão social que corroboram para o reduzido peso deste segmento populacional na participação de propostas de novas configurações sociais assim como sua perpetuação em condições desfavoráveis no sistema sociopolítico.

A este panorama vigente se faz imperativo a alusão ao pensamento de Paulo Freire relacionado às políticas de EPJA alicerçadas na Educação Libertadora.

Freire (1987, p. 32) afirma que esta necessita ser:

[...] aquela que tem que ser forjada com ele (oprimido) e não para ele, enquanto homens e povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação [...]. Partindo da perspectiva de uma pedagogia libertadora, que entende a educação de jovens e adultos como um direito conquistado na luta diária dos que atuam no campo da EJA, há muito que dizer sobre a atualidade do pensamento de Paulo Freire e as políticas para a Educação Popular.

Uma pedagogia emancipadora não se reduz a uma metodologia, nem a identificação com um método fechado, mas nega seu compromisso com a realidade. Não há uma educação transformadora se não se sente um desejo e uma possibilidade de mudança social.

A perspectiva comunicativa e emancipadora poderia, aportar uma visão crítica-transformadora, pois, em caso contrario, o dialogo não transpõe a barreira do pensamento dominante.

Di Pierro (2005, p. 1132) analisa que:

As dificuldades de instituição e consolidação de espaços de formação decorrem de múltiplos fatores, como a persistência da visão equivocada que concebe a educação de jovens e adultos como território provisório sempre aberto à improvisação; a precariedade do mercado de trabalho, que não proporciona a construção de carreiras profissionais; e o escasso envolvimento das instituições de ensino superior com um campo educativo de pouco prestígio e baixo grau de formalização. A agenda de diálogo, reivindicação e conflito dos fóruns com os governos exprime assim, em grande medida, os principais desafios das políticas de educação de jovens e adultos na atualidade.

Ao se discutir sobre os embates na educação brasileira reforça-se a contribuição do discurso neoliberal que historicamente corroborou para aumento exponencial de educação com características excludentes e para mudança desse panorama com a edificação de um sistema inovador que supere todos os obstáculos já descritos, é necessário se repensar efetivas políticas com caráter democrático e cidadão.

Na EPJA é fundamental, na relação ensino-aprendizagem, que os educadores levem em consideração vivências, suas interações sociais e experiências pessoais para daí então partir para a discussão de conhecimentos formais já pré- estabelecidos.

Os alunos que procuram a EJA para retomar seus estudos são pessoas de classe trabalhadora, vivendo grande parte delas de subemprego ou desempregados. Procuram a escola com a aspiração de galgar melhores possibilidades de emprego, sendo a EJA uma oportunidade para isso. São em grande parte, marginalizados pela escola e marcados por uma história de entradas e saídas de cursos anteriores, por motivos que variam desde os de ordem pessoal, como cansaço após a jornada de trabalho, desestímulo, alimentação deficiente, até os que dizem respeito ao sistema educacional,

como metodologias e recursos pedagógicos inadequados [...] é primordial partir dos conceitos decorrentes de suas vivências, suas interações sociais e sua experiência pessoal. Como detêm conhecimentos amplos e diversificados podem enriquecer a abordagem escolar, formulando questionamentos, confrontando possibilidades e propondo alternativas a serem consideradas. (FERREIRA, 2008, n.p.)

Quanto à formação do professor para atuação na EPJA se pode afirmar seu caráter complexo, pois sua prática requer uma formação continuada visto que sempre vai se deparar com demandas diferenciadas, precisando garantir estratégias pedagógicas para situações diversas sejam estas étnico-raciais, culturais, como outros dilemas que a cada dia podem surgir como desafios inusitados em sua prática.

Cabe ressaltar que as escolas precisam elaborar seus próprios projetos pedagógicos de acordo com as demandas de seus alunos e contar também com uma gestão político-pedagógica comprometida com essa modalidade de ensino, mesmo ciente de todos os obstáculos que se deparam por questões políticas que vão acarretar outros problemas tais como: administrativos, pedagógicos e financeiros.

Freitas (2009) ressalta que:

Ora, gestão escolar, para a autora referida, se relaciona e se determina a partir da “dinâmica cultural da escola” e das políticas educacionais públicas, com vistas à implementação de um projeto pedagógico democraticamente construído e gerido de modo a propiciar o espaço e as condições necessárias para um ambiente educacional democrático cujas decisões possam ser tomadas com autonomia e respeito ao ambiente, às pessoas e às normas.

Ao se tentar descrever o caráter da gestão que costuma ser viabilizada na EPJA pode se afirmar a debilidade do papel do gestor escolar, pois para uma prática diferenciada que possa conferir autonomia aos saberes já instituídos, tanto dos alunos como dos

professores, tal profissional parece carregar consigo diversos obstáculos em que a sua transposição não depende apenas de seu profissionalismo.

No seu cotidiano se depara com inúmeras limitações como ausência de apoio para um planejamento que possa ofertar espaços que fomentem a formação pedagógica dos professores, projeto político pedagógico específico e frágil em suas concepções para demandas específicas de jovens e adultos; suporte e eficaz articulação com a administração pública e da sociedade para implantação de uma escola que seja um espaço democrático e participativo; ausência de instrumentos de acompanhamento formulados participativamente com seu grupo e avaliação coletiva das propostas didático-pedagógicas com características da modalidade de ensino voltada para o EPJA.

Nessa mesma perspectiva, Luck (2014) analisa a mudança do enfoque de administração para o de gestão referindo que:

A concepção de paradigma resulta, portanto, da compreensão do modo como nosso pensamento é orientado para perceber o mundo, o que, por isso, determina o que vemos e o que deixamos de ver, em consequência, como reagirmos diante da realidade. Como modo de pensar, o paradigma é abrangente em relação a tudo e a todos que constituem a realidade, nada excluindo sobre ela, determinando o modo de ser e de fazer das pessoas em seu contexto. Com essa perspectiva, analisa-se, portanto, a mudança do enfoque de administração para o de gestão, que vem ocorrendo no contexto das organizações e dos sistemas de ensino, como parte de um esforço fundamental para a mobilização, organização e articulação do desempenho humano e promoção da sinergia coletiva, em seu contexto, voltados para o esforço competente de promoção da melhoria do ensino brasileiro e sua evolução (LUCK, 2014, p. 35-36).

Ao se tentar uma reflexão mais aprofundada sobre gestão escolar estes questionamentos passarão pelos obstáculos também presentes que necessitam ser revistos na EPJA.

Para Amorim (2012, n.p.):

Essas dificuldades podem ser superadas a partir do momento em que a escola reconhecer a importância da gestão participativa em seu processo. Conforme este autor, a participação e a construção democrática no ambiente educacional fazem com que o processo de escolarização adquira autonomia e valorize o espaço de aprendizagem, sendo reconhecido enquanto um lugar de democracia e de vivência coletiva.

Os gestores não desconhecem que para uma atuação eficaz e com sucesso não podem atuar de maneira solitária. Na concepção democrático-participativa, segundo Libâneo (2004), “o processo de tomada de decisão se dá coletivamente participativamente”. Sendo assim a forma mais plausível para resolução de problemas é a resolução conjunta dos mesmos.

Na EPJA se percebe a precisão de se promover mudanças transformadoras coletivas que podem gerar grandes benefícios ao segmento da população que a ela recorre.

MATERIAL E MÉTODOS

O artigo trata-se de uma revisão narrativa, adequada para descrever e discutir o “estado da arte” ou o desenvolvimento de um determinado assunto sob ponto de vista teórico ou contextual desde um ponto de vista amplo. As revisões narrativas não informam as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Bernardo (2004)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A concepção de educação voltada para os jovens e adultos está extremamente conectada a um caráter utilitarista de modelo de educação proposto para os jovens e adultos em condições de subalternidade, relacionada a uma percepção de educação para

jovens e adultos trabalhadores restrita às necessidades de um modelo capitalista.

Ainda na atualidade a EPJA se configura como esta modalidade de ensino que conforma uma educação de classe, ou seja, aquela destinada aos que não obtiveram oportunidade de acesso, que tiveram suas oportunidades subtraídas/perdidas quando historicamente a elevação da educação era um direito de cidadania, em uma fase adequada de aquisição, democrática, de acesso às bases dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Entretanto, se sabe que a EPJA deve contribuir de modo responsável pela inserção plena dos educandos na vida política, social e cultural, ofertando elementos teóricos y práticos que permitam fazer uma análise crítica do cotidiano assim como o reconhecimento dos prejuízos e preconceitos que recaem sobre os grupos humanos mais vulneráveis.

Nesse sentido, surge a necessidade que os profissionais docentes fortaleçam seus conhecimentos e capacidades, que os permitam aprofundar e ampliar conceitos e categorias de análises sobre a sociedade, a cultura e as representações éticas e morais, promovendo nos estudantes olhares críticos sobre as formas de construção do conhecimento humano e social, desenvolvendo propostas de ensino orientadas para propiciar a construção de uma consciência democrática, pluralista, histórica e ambiental.

Contudo, não se pode deixar de referir que na realidade o que vivenciamos é a apreensão de não se agenciar mudanças estruturais na ordem societária, então são fomentadas medidas que visam a tornar superficiais as consequências das opções político-econômicas oriundas da classe dominante com seus interesses corporativos do capital e pelo alinhamento subordinado do país ao quadro hegemônico internacional.

Roberto Catelli (2019, n.p.), afirma que em relação ao governo do presidente Jair Bolsonaro:

[...] tem uma motivação estritamente ideológica nesse campo, mais uma desse governo. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) era vista como um campo da esquerda, 'dos comunistas', essa loucura

toda. E uma das primeiras medidas do governo foi justamente ceifar tudo que tivesse a ver com isso. E de uma forma cínica, acabar com tudo que tivesse a ver com EJA, reafirmando o preconceito contra os pobres do Brasil, como se o lugar deles fosse somente no trabalho manual e acabou.

Diante do exposto acima se pode afirmar que esse projeto de redução orçamentária que afeta diretamente a EPJA já vem sendo arquitetado, pois as medidas do governo vêm visando extinguir a modalidade de ensino que tem como proposta educar jovens e adultos. Tal afirmativa embasa-se no preconceito ideológico contra a pobreza no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação escolar que deve ser preconizada na sociedade é aquela que prima por uma consciência política, na qual se possa criar espaços que fomentem o desenvolvimento humano articulando educação e trabalho voltadas para uma criticidade abandonando os atuais espaços de perpetuação da alienação.

Há uma necessidade de se repaginar processos educativos usados na atualidade assegurando uma maior inserção dos educandos no seu processo de ensino-aprendizagem.

Faz-se necessário, sob esse ponto de vista, aflorar nessas pessoas uma atitude aberta e um modo de entender as relações humanas e suas diversidades de maneira abrangente, uma forma de ver o mundo com disposição mental e talento ético.

Trata-se então de facultar relações que unam o homem ao seu meio ambiente físico e cultural, fomentando o seu interesse para novos valores, tais como bens materiais, espirituais e estéticos. Ao se elevar seu nível cultural desenvolve-se sua compreensão crítica dos principais problemas sociais e sua capacidade de autonomia e felicidade.

Entende-se que esta modalidade de ensino deve preconizar uma proposta de aprendizagem que reforce a imagem do conhecimento como construção social permanente dos assuntos, em relação a real dinâmica socioeconômica, política, cultural, ambiental

e de gênero que exige novos diálogos com correntes de pensamento que desafiam e enriquecem visões pluralistas.

A EPJA necessitaria ser voltada fundamentalmente para a transformação social favorecendo não o individualismo e a concorrência e sim a solidariedade e a cooperação que são a base de uma adequada organização social. Contudo, esta proposta não se viabiliza na práxis devido à ausência de interesses políticos que levem os sujeitos a uma educação libertadora.

Urge o fortalecimento das organizações sociais de base e da sociedade civil como um todo considerando que o seu saber empírico deve também ser reconhecido.

Para superar essa relação conflituosa que encarcera a sociedade civil e a configura simplesmente como executora de determinadas ações, sem levar em conta suas concepções, é necessário criar uma nova EPJA, desvinculada de questões políticas e hierárquicas onde toda a sociedade civil possa garantir seu espaço de fala podendo ter como resultado uma real democratização quando se reporta a educação de jovens e adultos.

Sobre outro ponto de vista percebe-se também um obstáculo diferenciado nesta nova formação que está ligada a formação e capacitação docente voltada especificamente para EPJA.

Na relação ensino-aprendizagem dos educadores que exercem sua prática nessa modalidade de ensino deve se reforçar, pedagogicamente, outros horizontes que sejam capazes de se afastar das concepções cristalizadas e verticalmente impostas também aos educadores. Estes necessitam de capacitação atual e constante com novas sistematizações de programas de formação que os deixem livres para atuar de forma consistente na EPJA.

Acrescido a discussão torna-se imperativo ressaltar o papel do controle social na redemocratização da gestão pública, pois ao se refletir sobre políticas públicas é necessário um exercício de aprendizado mais generalizado que possa abranger os atores sociais e os gestores e que os mesmos possam estabelecer uma dialogicidade entre as desigualdades presentes nas políticas educacionais.

O fato que contribui para cristalização das políticas públicas voltadas para educação, assim como para todas as outras, reside na

problemática da ausência de voz pela sociedade organizada, pois devido a sua alienação decorrente do desconhecimento que deveria ser discutido no processo educacional a mesma se retrai, não se reconhece como cidadão pleno de direitos e sendo assim não participa, delibera e decide sobre as políticas, em conjunto com o governo.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; OLIVEIRA, Romualdo P. de (orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.

AMORIM, A; MUTIM, A. L. B. Democratização, gestão escolar e trabalho docente na educação básica. Salvador: **EDUNEB**, 2012.

AZEVEDO, Blenda Silva de. et al. Questões histórico-sociais da EJA. FAC-UNILAGOS. 1999. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/lista/33398198-tcc/arquivo/59978054-tcc-sobre-eja-educacao-de-jovens-e-adultos> Acesso em: 14 de dezembro de 2019

BERNARDO W. M; NOBRE, M. R. C; JATENE, F. B. A prática clínica baseada em evidências. Parte II: buscando as evidências em fontes de informação. **Rev Assoc Med Bras.**, v. 50, n. 1, p. 1-9, 2004.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)**. Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

BRASIL. Parecer 11/2000. Resolução 01/2000 do **Conselho Nacional de Educação** e que de acordo com o Parecer NE/CEB 11/2000

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf. Acesso em: 2 abr. 2022.

CARVALHO, C. H. Histórico, **Função Social e Formação do Educador da EJA**. Uberlândia: UAB/UFU, 2009.

CATELLI, Roberto. Ação Educativa. **Rede Brasil Atual**. 2019
<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/12/bolsonaro-orcamento-eja/>. Acesso em: 28 de abril de 2019

ClAVATTA, M; FRIGOTTO, G; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. v. 01. 175p.

DI PIERRO, M. C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**. São Paulo, vol. 6, nº 92, p. 1115-1139, especial out. 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a18.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019

DOURADO, Robson de Cássio Santos; BARBOSA Romênia Carvalho; AMORIM, Antônio. Gestão Escolar e Processo de Escolarização da EJA: Impasse e Perspectiva. **Revista Cenas Educacionais**. Caetité – Bahia - Brasil, v. 1, n. 1, p. 297-320, jan./jun. 2018.

EJABRASIL 2012 - Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos / Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília,DF: MEC, 2016

FERREIRA; Daisy de Carvalho. **Educar Jovens e Adultos é dar a essas pessoas uma nova perspectiva de vida, um novo ponto de partida**. Caderno Temático. Coleções FTD para EJA. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Katia Siqueira. Gestão da Educação: a formação em serviço como estratégia de melhoria da qualidade do desempenho escolar. In: CUNHA, MC, (org.). **Gestão Educacional nos Municípios: entraves e perspectivas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 366p

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em:<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1711-6.pdf>. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Gestão e organização da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004

LUCK, H. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

RUMMERT, S. M. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI: o “novo” que reitera antiga destituição de direitos. **Revista de Ciências da Educação**, Lorena, SP, n. 2, p. 35-50, 2007.

SOARES, Leônicio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos – Diretrizes Curriculares Nacionais**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2002.

Recebido em: *Julho/ 2021*.

Aprovado em: *Agosto/ 2021*.